

NOTAS EXPLICATIVAS CONTROLADORA E CONSOLIDADO

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia foi constituída em agosto de 1998, tendo por objetivo social principal o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, visando o mercado financeiro. Foi a primeira empresa brasileira a trabalhar com o conceito de *Full Banking System* em seus aplicativos, implantando no mercado nacional padrões de empresas internacionais, desenvolvendo soluções abrangentes e integradas em tecnologia e negócios.

Atualmente a Senior Solution é líder deste mercado, atendendo grandes instituições financeiras, incluindo os 10 maiores bancos privados do país. O fortalecimento institucional e o maior volume de recursos aplicados nos últimos exercícios permitiram à Companhia investir em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, diversificação dos serviços e aquisição de outras empresas desse mercado.

A Companhia é Controladora da Senior Solution Serviços em Informática S.A. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.) e Senior Solution Consultoria em Informática S.A. (anteriormente denominada Ecommerce Consultoria em Informática S.A.), empresas que têm por objetivo atuar de forma complementar às atividades da Companhia, oferecendo serviços e soluções nas áreas de Internet Banking e Seguros e Previdência, respectivamente.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia adquiriu o controle da Controlpart Consultoria e Participações Ltda. (“Controlpart”), empresa Controladora da Controlbanc Consultoria Ltda. (“Controlbanc”), tradicional consultoria do segmento financeiro, estabelecida há cerca de 20 anos no mercado nacional, tendo sido a responsável pela constituição de mais de 30 instituições financeiras neste período.

O resultado operacional da Companhia no ano de 2011 reflete os impactos positivos advindos dos relevantes investimentos e da reestruturação societária ocorrida no final de 2010 e início do ano seguinte, resultando em maior lucratividade e melhor desempenho das operações.

A Companhia possui plano de negócios para o exercício de 2012 que prevê resultados suficientes para a recuperação dos montantes investidos em escala acelerada. O plano também prevê a equalização dos custos internos com o desenvolvimento de produtos, alcançando melhoria do EBITDA – que é o resultado operacional pleno, alcançando patamares superiores em 2012, segundo projeções.

NOTA 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

a) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board).

As datas das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com as datas das demonstrações financeiras da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme pela Controladora.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com a eliminação do investimento e resultados de equivalência patrimonial nas empresas controladas, além dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas incluídas na consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações das companhias Senior Solution Consultoria em Informática S.A., Senior Solution Serviços em Informática S.A. e Controlpart Consultoria e Participações Ltda - empresa Controladora da Controlbanc Consultoria Ltda - cuja participação percentual na data do balanço é de 78,74%, 100% e 100% respectivamente.

As demonstrações financeiras foram apresentadas ao Conselho de Administração realizada em 31 de Janeiro de 2012.

b) Demonstrações Financeiras Individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board).

As demonstrações financeiras foram apresentadas ao Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de Janeiro de 2012.

2.2 CONSOLIDAÇÃO

a) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

I) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e, quando aplicável, é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre as empresas, saldos e ganhos e prejuízos não realizados são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

b) Demonstrações Financeiras Individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Sendo assim, são necessários ajustes tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para apurar o patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso do Grupo, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, considerando para ambas as práticas a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

2.3 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

As empresas do Grupo possuem somente como objetivo o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, além de consultoria, visando o atendimento ao mercado financeiro. Muito embora os produtos sejam destinados a diversos segmentos dentro das instituições financeiras, estes não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados do Grupo acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.4 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo.

b) Transações de saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

2.5 AJUSTE A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

2.7 ATIVOS FINANCEIROS

2.7.1 CLASSIFICAÇÃO

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado e (b) empréstimos e recebíveis. O Grupo não possui ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como instrumento de "hedge" (proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", com pagamentos fixos ou determináveis, os quais não são cotados sem um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

2.7.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem.

Na data do balanço, o Grupo avalia se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado.

A Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos no exercício.

2.9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de softwares, prestação de serviços de informática e consultoria no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment), a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado e no custo de capital representado pelo custo médio ponderado de capital (WACC).

2.10 ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As empresas do Grupo não possuem valores relevantes de estoques de produtos, uma vez que suas atividades estão concentradas em serviços de tecnologia visando o mercado financeiro.

2.11 INVESTIMENTOS

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pela respectiva investida na mesma data-base do balanço da Controladora.

2.12 ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a marcas e patentes, softwares adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos (softwares), além dos ágios e valor da carteira de clientes decorrentes das aquisições das empresas Intellectual Capital Ltda. (incorporada em 22 de julho de 2008), Senior Solution Consultoria em Informática S.A. e Controlpart Consultoria e Participações Ltda.. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, estavam sendo amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos, desde as datas das transações que os originaram. A partir de 1º de janeiro de 2009 tais ágios não são mais amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (nota 11).

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade avaliado pelo valor justo (valor de mercado) de todos os seus ativos e passivos (nota 11). Neste processo de apuração do valor do patrimônio líquido, a eventual existência de ativos não contabilizados que possuam valor justo, são individualizáveis e ainda podem ser negociados individualmente, é verificada.

Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment).

(b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 11.

2.13 IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 10. O imobilizado está registrado em seu valor bruto de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que a empresa não se utiliza destes impostos como créditos fiscais.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 10.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.14 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (impairment), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.15 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.17 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Obrigações de aposentadoria

As empresas do Grupo oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento. As empresas não possuem qualquer responsabilidade sobre o fundo ou sobre sua administração.

(b) Remuneração com base em ações

O Grupo oferece aos executivos, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (nota 19), plano de remuneração com base em ações ("Stock Options"), segundo

o qual recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 – Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados.

(c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração do Grupo.

2.20 CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e preferencias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.21 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia aufer, principalmente, receitas de licenciamento de software, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica “contas a receber” no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

Conforme art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, estão excluídas do regime de não-cumulatividade as receitas provenientes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas, auferidas por empresas de serviços de informática. A exclusão da não-cumulatividade não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de software importado.

2.22 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

2.23 NOVOS IFRS E INTERPRETAÇÕES DO IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2011. Esses novos procedimentos e interpretações não provocam impacto material nas informações anuais do Grupo no exercício de aplicação inicial.

2.24 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como

consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

O IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (impairment) estimada do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.14. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

A administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

A Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, dispõe sobre registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com a Instrução, o registro contábil do ativo fiscal diferido, pelas companhias abertas, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, bem como a manutenção desse registro, deverão atender, cumulativamente, as seguintes condições:

- (i) apresentar histórico de rentabilidade;
- (ii) apresentar expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos; e
- (iii) os lucros futuros referidos no inciso anterior deverão ser trazidos a valor presente com base no prazo total estimado para sua realização.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado.

O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(d) Provisões para contingências

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota 17. Desta forma são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**4.1 FATORES DE RISCO FINANCEIRO**

O Grupo possui uma Diretoria para Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração, que funciona para o seu assessoramento e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pela Diretoria para Gestão de Riscos e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (hedge cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa.

4.2 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2011.

5. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	3	63	257	2.864
Bancos	801.128	521.937	1.283.043	1.113.713
Aplicações financeiras (a)	501.213	-	501.213	-
	1.302.344	522.000	1.784.513	1.116.577

(a) Referem-se a fundo de investimento de renda fixa e CDB de liquidez imediata, com juros médios equivalentes a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Valores faturados	1.535.056	2.030.186	2.634.102	3.089.457
Serviços em andamento	734.141	1.005.511	1.777.199	1.506.871
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(209.500)	(274.249)	(337.982)	(424.162)
	2.059.697	2.761.448	4.073.319	4.172.166

A Companhia possui a política de emissão de suas notas fiscais com prazo médio de vencimento de 15 dias.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas tendo como política o registro dos valores vencidos há mais de 90 dias, excluindo-se os créditos em negociação, totalizando em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 337.982 no Consolidado.

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos, por idade de vencimento (aging list):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
A faturar	734.141	1.005.511	1.777.199	1.506.871
A vencer	1.050.127	700.633	1.774.659	1.514.448
Contas vencidas – de 1 a 30 dias	147.256	538.318	175.617	612.651
Contas vencidas – de 31 a 60 dias	8.792	457.101	157.512	457.101
Contas vencidas – de 61 a 90 dias	8.792	34.830	8.792	34.830
Contas vencidas – de 91 a 180 dias	6.411	25.055	6.411	46.265
Contas vencidas – de 181 a 360 dias	104.178	-	173.129	-
Contas vencidas – mais de 360 dias	-	-	-	-
Total	2.059.697	2.761.448	4.073.319	4.172.166

Aproximadamente 60% do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2011 estavam concentrados em cinco clientes, que são grandes instituições financeiras do país.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
IR retido na fonte (a)	1.167.984	927.794	1.700.230	1.286.280
PIS, COFINS e CS retidos na fonte (a)	856.166	749.331	1.218.672	998.883
IRPJ e CSLL a compensar (b)	20.525	20.525	243.308	415.912
IR sobre aplicações financeiras	53.491	53.491	117.841	72.326
Outros impostos a recuperar	8.159	5.244	32.868	40.422
Provisão para perda de créditos fiscais (c)	-	(23.747)	-	(72.944)
Total	2.106.325	1.732.638	3.312.919	2.740.879

- (a) Refere-se ao imposto de renda, PIS, COFINS e contribuição social retidos na fonte no momento do faturamento, no caso do IR, e no recebimento dos valores para os demais tributos, por serviços prestados ou licenças de software.

- (b) Antecipações de imposto de renda e contribuição social efetuados mensalmente, pendentes de compensação.
- (c) Estimativa efetuada pela Administração sobre possíveis perdas de créditos tributários identificadas em empresas adquiridas.

8. INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

As demonstrações financeiras incluem informações da Controladora Senior Solution S.A. e suas controladas apresentadas na tabela abaixo:

Razão Social	% participação societária	
	2011	2010
Senior Solution Serviços em Informática S.A. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.)	100%	100%
Senior Solution Consultoria em Informática S.A. (anteriormente denominada Ecommerce Consultoria em Informática S.A.)	78,74%	62%
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	100%	82,05%
Controlbanc Consultoria Ltda. (a)	97,91%	80,34%

(a) Refere-se à participação indireta através do investimento na Controlpart Consultoria e Participações Ltda. que, por sua vez, é Controladora da Controlbanc Consultoria Ltda., com participação societária de 97,91%.

A tabela a seguir apresenta as informações referentes a saldos em aberto em 31 de dezembro de 2011 entre a Controladora Senior Solution S.A. e suas controladas:

Controladas	Valores devidos por partes relacionadas	Valores devidos a partes relacionadas	Valores devidos por partes relacionadas	Valores devidos a partes relacionadas
	31.12.2011		31.12.2010	
Senior Solution Serviços em Informática S.A.		476.813	667.230	-
Senior Solution Consultoria em Informática S.A.		976.403	-	836.816
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.		75.833	62.000	1.174.833
Controlbanc Consultoria Ltda.	318.626		90.000	
	<u>318.626</u>	<u>1.529.049</u>	<u>819.230</u>	<u>2.011.649</u>

Todas as transações com partes relacionadas referem-se a transações de mútuo e compartilhamento de gastos, não havendo transações de compra e venda de produtos ou serviços entre as partes. Estas transações são executadas com base em contrato firmado entre as partes envolvidas.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações das controladas

	Patrimônio líquido	Participação (%)	Resultado do período	Total de investimento		Resultado de equiv. patrimonial	
				31.12.2011	31.12.2010	2011	2010
Senior Solution Serviços em Informática S.A. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.) (i)	1.026.950	100%	956.440	1.026.950	70.510	956.441	6.967
Senior Solution Consultoria em Informática S.A. (anteriormente denominada Ecommerce Consultoria em Informática S.A.) (ii)	2.667.265	78,74%	1.030.236	2.100.204	1.014.957	909.417	57.118
Controlpart Consultoria e Participações Ltda. (iii)	1.240.789	100%	2.802.805	1.240.789	1.040.959	2.380.119	583.867
				4.367.943	2.126.426	4.245.977	647.952

(i) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de setembro de 2009, a Companhia aumentou o capital social da controlada Senior Solution Serviços em Informática S.A. no valor de R\$1.302.765, com emissão de 1.302.765 ações ordinárias, mediante a conversão em capital do contrato de mútuo existente entre as partes.

(ii) Em 30 de junho de 2011 a Companhia adquiriu participação de 16,7% de acionista minoritário da empresa investida Senior Consultoria em Informática S.A., perfazendo o total de participação de 78,74% após essa operação.

(iii) Em 30 de abril de 2010 a Companhia celebrou contrato de aquisição de 82,05% da Controlpart Consultoria e Participações Ltda. (“Controlpart”), empresa Controladora da Controlbanc Consultoria Ltda. Em 30 de setembro de 2011 foi adquirida participação adicional de 5,98% de cotista minoritário. Em 30 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu o percentual remanescente, perfazendo o total de 100% do patrimônio da investida.

b) Movimentação dos investimentos

	Senior Solution Consultoria em Informática S.A.	Senior Solution Serviços em Informática S.A.	Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	Total
Investimentos em 31.12.2010	1.014.957	70.510	1.040.959	2.126.426
Aquisição de investimentos	175.830	-	188.827	364.657
Equivalência patrimonial	909.417	956.440	2.380.119	4.245.976
Distribuição de dividendos	-	-	(2.369.116)	(2.369.116)
Investimentos em 31.12.2011	2.100.204	1.026.950	1.240.789	4.367.943

10. IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

		Controladora			
		31.12.2011		31.12.2010	
Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Instalações	9 - 12	222.205	(125.954)	96.251	120.079
Aparelhos e materiais elétricos	9 - 12	170.720	(54.254)	116.466	127.278
Móveis e utensílios	9 - 12	540.300	(204.872)	335.428	392.427
Computadores e periféricos	4 - 5	951.793	(790.801)	160.992	131.138
		1.885.018	(1.175.881)	709.137	770.922

		Consolidado			
			31.12.2011	31.12.2010	
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	9 - 12	343.414	(240.047)	103.367	138.544
Aparelhos e materiais elétricos	9 - 12	186.693	(56.788)	129.905	136.575
Móveis e utensílios	9 - 12	701.452	(328.517)	372.935	441.508
Computadores e periféricos	4 - 5	1.413.507	(1.159.948)	253.559	266.130
		<u>2.645.066</u>	<u>(1.785.300)</u>	<u>859.766</u>	<u>982.757</u>

b) Movimentação Controladora

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
<u>Custo</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2010	241.672	165.322	567.128	974.613	1.948.735
Adições	18.817	5.398	-	78.108	102.323
Baixas	(38.284)	-	(26.828)	(100.928)	(166.040)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	222.205	170.720	540.300	951.793	1.885.018
<u>Depreciação</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(121.593)	(38.044)	(174.701)	(843.475)	(1.177.813)
Adições	(42.646)	(16.210)	(49.687)	(45.342)	(153.885)
Baixas	38.285	-	19.516	98.016	155.817
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(125.954)	(54.254)	(204.872)	(790.801)	(1.175.881)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2011	96.251	116.466	335.428	160.992	709.137

c) Movimentação Consolidado

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
<u>Custo</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2010	381.560	175.743	744.189	1.515.923	2.817.415
Adições	18.817	10.950	652	79.578	109.997
Baixas	(56.963)	-	(43.389)	(181.994)	(282.346)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	343.414	186.693	701.452	1.413.507	2.645.066
<u>Depreciação</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(243.016)	(39.168)	(302.681)	(1.249.793)	(1.834.658)
Adições	(53.994)	(17.620)	(58.312)	(89.447)	(219.373)
Baixas	56.963	-	32.476	179.292	268.731
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(240.047)	(56.788)	(328.517)	(1.159.948)	(1.785.300)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2011	103.367	129.905	372.935	253.559	859.766

11. INTANGÍVEL

a) Abertura do intangível

				Controladora	
				31.12.2011	31.12.2010
Vida (anos)	Custo	Amortização acumulada		Líquido	Líquido
Ágio pela aquisição de controladas - Goodwill (i)	-	10.158.992	(1.121.582)	9.037.410	8.880.609
Desenvolvimento de novos produtos (ii)	5	5.091.481	(4.090.861)	1.000.620	1.500.930
Direito de uso de softwares	5	142.049	(65.596)	76.453	42.546
Valor carteira de clientes Controlbanc (iii)	1,4	663.000	(663.000)	-	351.000
Marcas e patentes		613.232	-	613.232	613.232
Total		16.668.754	(5.941.039)	10.727.715	11.388.317

				Consolidado	
				31.12.2011	31.12.2010
Vida (anos)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Ágio pela aquisição de controladas - Goodwill (i)	-	10.158.992	(1.121.582)	9.037.410	8.880.609
Desenvolvimento de novos produtos (ii)	5	5.091.481	(4.090.861)	1.000.620	1.500.930
Direito de uso de softwares	5	241.519	(118.179)	123.340	107.993
Valor carteira de clientes Controlbanc (iii)	1,4	663.000	(663.000)	-	351.000
Marcas e patentes		626.726	-	626.726	626.726
Total		16.781.718	(5.993.622)	10.788.096	11.467.258

- (i) A Companhia possui ágios decorrentes das diferenças entre os valores de aquisição e os respectivos patrimônios líquidos a valor justo das controladas Senior Solution Consultoria em Informática S.A., Intellectual Capital Ltda. (incorporada em 22 de julho de 2008) e Controlpart Consultoria e Participações Ltda., apurados na data de aquisição, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Tais ágios são testados anualmente para *impairment* e nenhuma perda foi registrada.
- (ii) Refere-se a gastos com desenvolvimento das últimas versões dos módulos do software da Companhia, Senior Banking Solution – SBS e E-Funds (incorporado pela controlada

Intellectual Capital Ltda.). Sua recuperabilidade foi testada e o seu saldo líquido será amortizado conforme sua vida útil econômica, ou seja, até que novas versões dos respectivos módulos sejam lançadas pela Companhia ou de forma linear em 5 anos para os casos que não há perspectiva de novas versões.

(iii) Valor da carteira de clientes avaliada na data da aquisição da Controlpart Consultoria e Participações Ltda., com base em contratos e propostas vigentes e relacionamento com clientes.

b) Movimentação Controladora

<u>Custo</u>	Ágio pela aquisição de controladas - Goodwill	Desenvolvimento de novos produtos	Direito de uso de softwares	Valor carteira de clientes	Marcas e patentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	10.002.191	5.091.481	233.689	663.000	613.232	16.603.593
Adições	244.126	-	55.164	-	-	299.290
Baixas	(87.325)	-	(146.804)	-	-	(234.129)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	10.158.992	5.091.481	142.049	663.000	613.232	16.668.754
<u>Depreciação</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(1.121.582)	(3.590.551)	(191.143)	(312.000)	-	(5.215.276)
Adições	-	(500.310)	(21.257)	(351.000)	-	(872.567)
Baixas	-	-	146.804	-	-	146.804
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(1.121.582)	(4.090.861)	(65.596)	(663.000)	-	(5.941.039)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2011	9.037.410	1.000.620	76.453	-	613.232	10.727.715

c) Movimentação Consolidado

<u>Custo</u>	Ágio pela aquisição de controladas – Goodwill	Desenvolvimento de novos produtos	Direito de uso de softwares	Valor carteira de clientes	Marcas e patentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	10.002.191	5.091.481	665.817	663.000	626.726	17.049.215
Adições	244.126	-	57.446	-	-	301.572
Baixas	(87.325)	-	(481.744)	-	-	(569.069)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	10.158.992	5.091.481	241.519	663.000	626.726	16.781.718
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(1.121.582)	(3.590.551)	(557.824)	(312.000)	-	(5.581.957)
Adições	-	(500.310)	(42.099)	(351.000)	-	(893.409)
Baixas	-	-	481.744	-	-	481.744
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(1.121.582)	(4.090.861)	(118.179)	(663.000)	-	(5.993.622)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2011	9.037.410	1.000.620	123.340	-	626.726	10.788.096

d) Ágio (Goodwill)

	Valor proporcional do PL na data de aquisição	Valor de aquisição total	Ágio (Goodwill)	Amortização acumulada	Saldo em 31.12.2011	Saldo em 31.12.2010
Senior Solution Consultoria em Informática S.A.	291.446	1.590.283	1.298.837	(338.674)	960.163	716.037
Intellectual Capital Ltda.	660.482	6.797.006	6.136.524	(782.908)	5.353.616	5.353.616
Controlpart Consult e Part Ltda.	1.146.172	3.869.803	2.723.631	-	2.723.631	2.810.956
	2.098.100	12.257.092	10.158.992	(1.121.582)	9.037.410	8.880.609

Conforme pronunciamento técnico CPC nº 04 – Ativo Intangível, esses ágios foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 tendo como base o seu aproveitamento fiscal em 5 anos, nas regras legais aplicáveis. Para o exercício de 2009, a Administração testou a recuperabilidade destes ativos e não houve a necessidade de constituir uma provisão para redução aos seus valores recuperáveis.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos é a seguinte:

	Encargos	Vencimento	Controladora	
			31.12.2011	31.12.2010
BNDDES – nº 05.2.0912.1 (i)	TJLP + 1% a.a.	15/12/2011	-	265.497
BNDDES – nº 8202451017 (ii)	TJLP + 1% a.a.	15/6/2014	3.262.256	4.560.494
Finame nº 31/451308 (iii)	TJLP + 5.3% a.a.	15/01/2012	19.432	40.630
Finame nº 31/495886 (iv)	TJLP + 6.9% a.a.	15/1/2013	7.990	14.845
Cartão BNDDES	11,8% a.a.	15/09/2015	89.257	-
HSBC Capital de Giro	23,1% a.a.	07/05/2012	263.741	-
Itaú Capital de Giro	19,6% a.a.	09/08/2009	221.454	-
Santander Capital de Giro	22,4% a.a.	23/08/2012	344.442	-
Ajuste a valor presente			(293.679)	(616.619)
Total			3.914.893	4.264.847
(–) Circulante			(1.984.116)	(1.271.869)
Não circulante			1.930.777	2.992.978

	Encargos	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2011	31.12.2010
BNDDES – nº 05.2.0912.1 (i)	TJLP + 1% a.a.	15/12/2011	-	265.497
BNDDES - nº 8202451017 (ii)	TJLP + 1% a.a.	15/6/2014	3.262.256	4.560.494
Finame nº 31/451308 (iii)	TJLP + 5.3% a.a.	15/11/2012	19.432	40.630
Finame nº 31/495886 (iv)	TJLP + 6.9% a.a.	15/1/2013	7.990	14.845
Cartão BNDDES	11,8% a.a.	15/09/2015	89.257	-
HSBC Capital de Giro	23,1% a.a.	07/05/2012	263.741	-
Itaú Capital de Giro	19,6% a.a.	09/08/2009	1.362.618	-
Santander Capital de Giro	22,4% a.a.	23/08/2012	344.442	-
Ajuste a valor presente			(293.679)	(616.619)
Total			5.056.057	4.264.847
(–) Circulante			(3.125.280)	(1.271.869)
Não circulante			1.930.777	2.992.978

- a) Em 23 de dezembro de 2005 foi firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contrato de financiamento no valor total de R\$ 1.032.000 destinado a investimentos em pesquisa e desenvolvimento, treinamento e qualidade, marketing e comercialização, e em infra-estrutura, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (PROSOFT). Os juros incidentes correspondem a TJLP acrescida de 1% a.a. e os pagamentos são trimestrais durante os anos de 2006 e 2007 e mensais a partir de 15 de janeiro de 2008. Os representantes legais das Holdings SR23 Empreendimentos e Participações Ltda e Netage Partners Empreendimentos e Participações Ltda são interveniente fiadores.
- b) Em 12 de junho de abril de 2008 foi firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contrato de financiamento no valor total de R\$ 5.184.000 destinado a investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos voltados para o segmento financeiro, estudos e projetos, infra-estrutura, treinamento e qualidade, marketing e comercialização, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (PROSOFT). Até 31 de dezembro de 2008 foi disponibilizado à Companhia cerca de R\$ 3.000.000 e, em 2009 foram liberados R\$ 2.192.000. Os juros incidentes correspondem a TJLP acrescida de 1% a.a. e os pagamentos são trimestrais entre meados de 2008 e 2010 e mensais a partir de 15 de julho de 2010.

Os contratos com o BNDES possuem carência de até 24 meses e prazo de amortização de 48 meses, além de preverem fiança dos intervenientes controladores relacionados nos mesmos. Os representantes legais das Holdings SR23 Empreendimentos e Participações Ltda e Netage Partners Empreendimentos e Participações Ltda são interveniente fiadores.

- c) Em 26 de outubro de 2007 foi realizado junto ao UNIBANCO o financiamento (FINAME) no valor de R\$ 85mil referente à Central Telefônica à taxa de juros de longo prazo – TJLP mais 5,3% a.a com carência de 12 meses, com pagamento de juros trimestralmente durante o período de carência, a partir de 15/02/2008, e mensais, junto às prestações de principal durante o período de amortização. O principal segue a amortização em 48 parcelas mensais a partir do término do período de carência. O próprio bem financiado (Central Privada de Comutação Telefônica, modelo HIPATH 4.300) esta como garantia.
- d) Em 13 de outubro de 2008 foi contratado junto ao UNIBANCO o financiamento (FINAME) no valor de R\$ 27.000 referente a microcomputadores à taxa de juros de longo prazo – TJLP mais 6,9% a.a, com carência de 3 meses, com pagamento de juros trimestralmente durante o período de carência, a partir de 15/01/2009, e mensais, junto

às prestações de principal durante o período de amortização. O principal segue a amortização em 48 parcelas mensais a partir do término do período de carência. São considerados como garantia 12 Microcomputadores Portáteis Dell Latitude D530 com Processador Intel.

12.1 COVENANTS

Em relação aos contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia, não estão presentes cláusulas restritivas (“covenants”), sejam relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa ou qualquer outra exigência que tenha que ser atendida.

13. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Os faturamentos aos clientes são efetuados conforme previsão em contrato e obedecendo ao cronograma acordado com o cliente. Entretanto, os faturamentos efetuados cuja receita não possa ser reconhecida, em função do não atendimento aos critérios de reconhecimento de receita descritos na nota 2.21, são registrados na rubrica “adiantamento de clientes”.

14. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Salários e honorários a pagar	163.238	363.335	225.699	449.097
INSS/FGTS a recolher	171.165	269.963	252.336	376.552
IRRF sobre salários	300.134	53.514	382.462	108.767
Provisão para férias	480.995	508.905	685.419	732.511
INSS/FGTS sobre férias	177.046	196.932	249.555	268.717
Dividendos a pagar	-	-	-	99.510
Bônus, comissão e participação nos resultados	367.508	1.007.956	480.762	1.276.790
Outros	107.838	31.476	169.097	56.986
	1.767.924	2.432.081	2.445.330	3.368.930

Plano Brasil Maior

Em agosto de 2011 o governo federal anunciou o Plano Brasil Maior, que trouxe algumas medidas que alteraram a metodologia de incidência do INSS patronal da folha de pagamento.

Por meio da Lei nº 12.546/2011, conversão da Medida Provisória nº 540/2011, foi determinada a substituição da alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a remuneração dos empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais. Assim, INSS patronal de 20% deverá ser substituído pela contribuição incidente sobre a receita bruta auferida por empresas que exploram determinadas atividades. Para as empresas de tecnologia da Informação (TI) e de tecnologia da informação e comunicação (TIC) a alíquota a ser aplicada é a de 2,5% sobre o faturamento.

O prazo inicial do Plano Brasil Maior será de 01 de dezembro de 2011 até 31 de dezembro de 2014.

A Companhia, por entender que a natureza do imposto incidente sobre o faturamento se refere a uma extensão dos custos trabalhistas, classifica os montantes apurados como gastos de salários com pessoal, não impactando a comparabilidade das demonstrações financeiras.

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
IR e CS a recolher	110.813	121.907	372.868	376.231
ISS a recolher	111.893	103.559	170.654	180.657
Impostos parcelados (a)	-	-	50.684	199.315
PIS/COFINS a recolher	178.401	142.966	313.801	175.678
Outros impostos a pagar	44.256	77.357	44.257	93.996
Total	445.363	445.789	952.264	1.025.877
(-) Circulante	(445.363)	(445.789)	(952.264)	(1.025.877)
Não circulante	-	-	-	-

(a) Refere-se a parcelamento de INSS a pagar apurados no período entre maio de 2004 e junho de 2006 da empresa controlada Senior Solution Serviços de Informática S.A., divididos em 60 parcelas mensais, atualizadas pela taxa SELIC mais juros de 1% a.m.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outras contas a pagar – curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Aquisição Controlpart - valor fixo (i)	254.800	254.800	254.800	254.800
Aquisição Controlpart - valor variável (ii)	275.074	-	275.074	-
Aquisição Senior Consultoria (iii)	157.065	-	157.065	-
Ajuste a valor presente	(52.233)	(23.557)	(52.233)	(23.557)
Outros	-	12.240	-	12.240
	634.706	243.483	634.706	243.483

b) Outras contas a pagar – longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Aquisição Controlpart - valor fixo (i)	1.868.533	2.123.333	1.868.533	2.123.333
Aquisição Controlpart - valor variável (ii)	980.073	1.493.295	980.073	1.493.295
Aquisição Senior Consultoria (iii)	289.385	-	289.385	-
Ajuste a valor presente	(173.647)	(196.305)	(173.647)	(196.305)
	2.964.344	3.420.323	2.964.344	3.420.323

- (i) Refere-se ao montante a ser pago pela aquisição da Controlpart Consultoria e Participações Ltda., correspondendo à 100 parcelas mensais de R\$ 21.233,33.
- (ii) O valor variável refere-se ao pagamento mensal pela aquisição da Controlpart Consultoria e Participações Ltda., tendo como base de cálculo a variação positiva do EBITDA e do faturamento, de acordo com as cláusulas do contrato de compra e venda.

- (iii) Valor a pagar pela aquisição de 16,77% de participação na Senior Solution Consultoria em Informática S.A. em 30 de junho de 2011, divididos em 34 parcelas mensais de R\$13.130,88.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade da constituição de provisão para contingências, no qual julga suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho destes.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011, e estas referem-se a processos judiciais trabalhistas e em andamento e risco previdenciário:

	<u>Controladora</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2011</u>		<u>31.12.2010</u>	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos</u>
Não circulante – processos trabalhistas e previdenciários	1.386.695	23.026	742.582	11.779

Trabalhista

De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

Previdenciário

A Companhia revisa anualmente o risco de autuação previdenciária decorrente da contratação de prestadores de serviços e gerencia esses contratos de forma a mitigar sua exposição a questionamentos e multas em caso de fiscalização dos órgãos competentes.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 10.495.351 (em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 10.495.351), totalmente subscrito e integralizado, representado por 805.539 ações ordinárias e 220.387 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	31.12.2011		
	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade de ações totais
SR23 Empreendimentos e Participações Ltda.	356.621	-	356.621
Netage Partners Empreendimentos e Participações Ltda.	237.748	-	237.748
Fundo Mútuo de Invest. em Emp. Emergentes - Stratus VC	167.905	-	167.905
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	-	220.387	220.387
Paulo Bueno de Mendonça	43.260	-	43.260
Outros acionistas	5	-	5
Total	805.539	220.387	1.025.926

b) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, após a compensação dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, será destinada parcela à distribuição de dividendos aos acionistas, de no máximo 40% e no mínimo 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social.

c) Fundo de resgate

O Estatuto Social em consonância ao Acordo de Acionistas estabelece que a Administração da Companhia deve constituir um Fundo de Resgate das ações preferenciais de propriedade da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, destinando no mínimo 30% e no máximo 50% do lucro líquido apurado pela Companhia a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Considerando que o lucro apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não absorveu o prejuízo acumulado nos anos anteriores, de acordo com o artigo 189 da Lei nº 6404/76, a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não constituiu o Fundo de Resgate naquele exercício.

19. PLANOS DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

O Acordo de Acionistas da Companhia assinado em 25 de novembro de 2005 estabelece a criação do Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias (“Plano”), cuja elaboração ficou a cargo do Comitê de Remuneração, constituído conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de abril de 2007. A aprovação do Plano se deu em Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de fevereiro de 2008. O objetivo do plano foi o de estimular a expansão e o atendimento das metas empresariais, bem como alinhar os interesses dos administradores e empregados da Companhia.

O preço de exercício das opções outorgadas foi fixado em R\$ 16,82 (dezesesseis reais e oitenta e dois centavos), atualizados pela variação do IGPM-FGV.

O modelo de avaliação utilizado para o cálculo do valor justo das ações ao final do vesting period foi o desconto de fluxos de caixa futuros pelo WACC (Weighted Average Cost of Capital ou Custo Médio Ponderado de Capital). O WACC foi determinado pela média ponderada dos custos de dívida e de capital próprio na estrutura de capital da Companhia e está diretamente relacionado ao risco associado aos fluxos de caixa futuros. A taxa de desconto calculada foi de 14,78% ao ano. Além disso, foi considerado um crescimento de 2,0% na perpetuidade.

A previsão de receita teve como ponto de partida as demonstrações financeiras auditadas de 2006 a 2009, obtendo-se previsibilidade do comportamento dos resultados da Companhia durante estes anos, além disso considera os movimentos mais prováveis de fusão, de acordo com a expectativa da Administração. Em relação às premissas utilizadas no modelo, destacam-se o Plano de Negócios da Companhia para os anos de 2010 e 2011 de novas aquisições, e crescimento estimado das receitas anuais em 5% para o ano de 2010 e 10% a partir de 2011. Custos e despesas foram estimados a partir da natureza fixa ou variável dos mesmos e consideram que o modelo de negócio permite alavancagem operacional relevante a medida que a base de software instalado aumenta e portanto dilui os custos e despesas fixas.

Foram ainda incorporadas ao modelo sinergias das aquisições previstas com base nos processos já ocorridos.

Além disso, no cálculo do fluxo de caixa livre foram utilizadas estimativas para imposto de renda/contribuição social, depreciações, amortizações, variação do capital de giro e Capex (plano de investimento em ativo fixo), com base no histórico ou em projeções da Administração.

O Plano entrou em vigor a partir da sua aprovação na Reunião do Conselho de Administração acima referida e poderá ser extinto, a qualquer tempo e sem prejuízo aos beneficiários, por decisão do Conselho de Administração. O término de vigência do Plano, cujo prazo é de quatro anos, não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

O exercício das opções do Plano obedece um cronograma estabelecido pela administração, sendo este 25% do total das ações outorgadas em contrato a cada ano do período de vigência do mesmo. O Contrato de Opção de Compra de Ações Ordinárias estabeleceu que em 25 de março de 2007 os beneficiários fariam jus à outorga de Opção referente a 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto deste Contrato (ou seja, converterá em Opções Exercíveis, conforme o caso, 1/4 das Opções objeto deste Contrato), restando a partir desta data 3 anos para completar 100% do total das ações.

O exercício das opções pelos beneficiários será efetivado na hipótese de Oferta Pública de Ações da Companhia e/ou de qualquer alienação, cessão ou transferência, direta ou indireta, de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia que represente, em sua somatória, mais de 50% da totalidade do conjunto de ações e outros títulos conversíveis em ações de emissão da Companhia. O período de exercício das opções é de 30 dias após a notificação do Conselho de Administração da ocorrência de uma das hipóteses acima mencionadas. O pagamento pelo exercício deverá ser efetuado, salvo quando o Conselho de Administração determinar outra forma, em moeda corrente na data a ser determinada pelo Conselho de Administração.

Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com o Plano, conforme previsto no artigo 171, §6º, da Lei das Sociedades por Ações.

As ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra nos termos do Plano manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie. Entretanto, nenhum beneficiário terá quaisquer direitos e privilégios de acionista até que sua opção seja devidamente exercida, nos termos do Plano e do respectivo contrato de opção. Até a presente data não foi exercida nenhuma opção em decorrência do Plano.

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções outorgadas:

	31.12.2011
Quantidade de ações	1.025.926
Opções outorgadas em vigor	29.463
Percentual máximo de diluição	2.87%

O valor de mercado de cada opção outorgada foi estimado na data da outorga usando as estimativas futuras de faturamento da Companhia, deduzidas as dívidas e valor em caixa estimados para o exercício de 2010 (data estimada para o exercício das opções).

	Ações	Preço de Exercício
Em aberto no início do período	29.463	20,51*
Outorgadas durante o período	-	
Canceladas durante o período	-	
Exercidas durante o período	-	
Em aberto ao final do período	29.463	20,51*

* valor de exercício estabelecido em contrato atualizado pelo IGPM-FGV em 31.03.2010, quando as ações foram totalmente outorgadas.

O Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento baseado em ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam refletidos no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Não houve valor registrado no resultado da Controladora e no Consolidado relativo ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, enquanto os efeitos até 31 de dezembro de 2010 foram de R\$ 29.125.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Softwares	15.294.423	12.854.349	15.136.197	15.056.524
Serviços	4.171.082	6.996.005	9.364.790	11.908.592
Consultoria	738.552	-	6.736.219	3.028.804
Outsourcing	4.597.159	6.575.243	10.694.839	10.476.635
Receita bruta de serviços	24.801.216	26.425.597	41.932.045	40.470.555
ISS	(975.040)	(1.044.296)	(1.704.850)	(1.670.626)
PIS e COFINS	(905.220)	(1.031.954)	(1.478.948)	(1.545.750)
Total da receita operacional líquida	22.920.956	24.349.347	38.748.247	37.254.179

Todos os valores que compõem as receitas líquidas consolidadas da Companhia integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

21. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Mão de obra terceirizada	1.252.511	2.686.444	3.390.163	4.832.744
Pessoal	9.948.680	14.418.970	17.006.673	19.460.278
Outros custos	528.887	316.634	1.394.498	826.030
Total	11.730.078	17.422.048	21.791.334	25.119.052

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Serviços de terceiros	679.796	921.724	1.455.082	1.323.089
Pessoal	2.699.530	3.787.616	3.531.179	4.030.656
Aluguéis, seguros e condomínios	760.368	751.000	1.123.215	1.199.450
Complemento (Reversão) provisão para bônus	3.124	(273.559)	496.103	(273.559)
Complemento (Reversão) provisão devedores duvidosos	(68.871)	64.317	(113.336)	201.391
Complemento (Reversão) provisão para contingência	705.313	702.582	705.313	702.582
Energia, comunicação e outros	594.828	696.646	904.491	1.312.081
Consultores, advogados e auditores	646.787	1.315.113	1.144.672	1.551.699
Despesas centro de serviço compartilhado	1.101.255	(2.078.157)	-	-
Outros gastos	469.342	463.132	512.837	186.651
Total	7.591.472	6.350.414	9.759.556	10.234.040

As despesas classificadas como outros gastos referem-se principalmente a outras provisões e demais materiais e insumos necessários à operação.

23. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Despesas Financeiras:				
Juros do Passivo	130.776	96.377	144.440	97.360
Juros s/ Empréstimos	490.453	382.074	558.610	382.275
Despesas Bancárias	12.133	16.951	21.940	27.538
Ajuste a valor presente	316.922	204.259	316.922	204.259
Outros	86.281	21.224	117.641	66.586
Receitas Financeiras:				-
Rendimento de aplicação	-	(114.316)	-	(203.561)
Juros do Ativo	(30.330)	(54.209)	(56.126)	(108.354)
Ajuste a valor presente	-	-	-	-
Outros	-	(855)	-	(855,00)
	1.006.235	551.505	1.103.427	465.248

24. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado/base negativa da contribuição social.

Imposto de renda corrente

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31.12.2011	31.12.2010
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	4.729.432	(1.324.195)
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	1.608.007	(450.226)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais	(8.869)	-
Ajustes receita por competência	92.266	(341.874)
Provisão para pagamento de bônus	(9.024)	56.266
Provisões trabalhistas	239.806	238.878
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(22.015)	(21.454)
Equivalência patrimonial	(1.443.632)	(220.304)
Provisão PPR	(141.344)	239.090
Ajustes impostos de receita por competência	(7.012)	25.982
Pagamento de associação de classes	23.430	15.200
Provisão para despesa com plano de opção de compra de ações	-	10.849
Provisão para contingência		
Outras diferenças permanentes	281	198.228
Amortização de ágio Intellectual	(580.696)	(417.284)
Ajuste a valor presente	107.753	-
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva*	(141.049)	(1.063.105)

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	3.659.162	(698.645)
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	1.244.115	(237.539)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais	(8.869)	(64.495)
Ajustes receita por competência	95.550	(372.136)
Provisão para pagamento de bônus	(9.024)	69.260
Provisões trabalhistas	239.806	238.878
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(28.465)	(25.820)
Provisão PPR	(168.917)	117.182
Ajustes impostos de receita por competência	(7.217)	26.557
Pagamento de associação de classes	29.222	17.325
Provisão para despesa com plano de opção de compra de ações	-	10.849
Outras diferenças permanentes	108.034	2.286
Amortização de ágio Intellectual	(580.696)	(417.284)
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva*	913.539	(634.937)

*As controladas Senior Solution Consultoria em Informática S.A. e Senior Solution Serviços em Informática S.A. apresentaram prejuízo fiscal no período. A controlada Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e Controlbanc Consultoria Ltda. seguem a apuração de imposto de renda e contribuição social através do lucro presumido, o que resultou em uma despesa de R\$ 534.579. A Controladora apresentou prejuízo fiscal no período.

Imposto de renda diferido

Abaixo a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	1.294.890	1.274.192	3.287.783	3.155.590
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.999	49.922	43.269	71.642
Provisão para participação nos lucros	97.745	342.705	161.576	434.108
Provisão para contingência e outras obrigações	76.213	59.621	76.213	59.621
Ágio em combinação de negócios	159.480	212.717	159.480	212.717
Outras provisões	105	2.102.074	139.366	107.553
Total	1.656.432	4.041.231	3.867.687	4.041.231

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros aprovados pelo Conselho de Administração, estima recuperar os créditos tributários diferidos, registrados no ativo não circulante, nos seguintes períodos:

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
2012	350.268	350.268
2013	342.808	342.808
2014	413.229	413.229
2015	387.337	387.337
2016 em diante *	2.374.044	2.547.588
Total	3.867.687	4.041.231

(*) Compensação dos créditos tributários diferidos até o ano de 2019.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.153, de 23 de janeiro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A Companhia não possui derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos. A política da Companhia não permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Valor justo de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011, os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais se aproximam dos valores de mercado nesta data.

Gestão de Risco Financeiro

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (hedge cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa.

26. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde etc. A Administração da Companhia e suas controladas entendem que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidades</u>	<u>Importâncias Seguradas</u>
Riscos Operacionais	R\$ 4.471.843
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$10.000.000

O Grupo Senior adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios devidamente pagos. O Grupo realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

27. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, os honorários dos administradores das empresas do Grupo totalizavam R\$ 982.445, considerando os encargos trabalhistas e previdenciários aplicáveis, e foram apropriados como despesa.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e previdência privada, vide Nota 2.19.

Remuneração com base em ações

Os membros da administração (presidente, diretores e vice-presidentes) participam do Plano de Outorga de Opção de ações, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, vide Nota 19.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os trabalhos de auditoria foram executados tendo como suporte as análises e composições fornecidas pela Administração da Companhia e pelas empresas de serviço terceirizado contratadas pela Senior Solution e suas coligadas para o processamento da folha de pagamento, fiscal e contabilidade.

Ao final do ano de 2011 a Administração iniciou o processo de implantação de sistema ERP para as operações citadas acima em todas as empresas do Grupo, completando a internalização dos processos de *backoffice*, iniciada em 2009. Assim, partir de 01 de janeiro de 2012, a Companhia opera com todos os módulos e processos integrados em um único sistema ERP. Com isso, a Companhia e suas coligadas esperam obter maior qualidade das demonstrações financeiras e análises divulgadas para os usuários internos e externos, além de aumentar o nível de governança corporativa e confidencialidade de dados e informações de colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas e investidores.
